



**Desafios ao Cooperativismo da Agricultura Familiar para o Desenvolvimento
Sustentável na Região Norte**
*Challenges to Family Farming Cooperatives for Sustainable Development in the
Northern Region*

Autor(es): Marcos Gomes, Alair Freitas, Graziela Reis, Isabela Renó

Filiação: Universidade Federal de Viçosa

E-mail: marcos.gomes1@ufv.br, alair.freitas@ufv.br, graziela.carmo@ufv.br,

Isareno95@gmail.com.

Eixo temático: 4.5 Impactos e Contribuições Econômicas, Sociais e Ambientais

Resumo

Este artigo busca compreender quais são os principais desafios enfrentados pelas cooperativas de agricultura familiar da região amazônica para atingirem seu potencial como agentes do desenvolvimento local sustentável. A partir dos critérios de análise estabelecidos, serão investigados os obstáculos relacionados ao acesso a mercados, à organização social interna das cooperativas e à implementação de sistemas produtivos capazes de garantir arranjos econômicos viáveis, que, ao mesmo tempo, preservem ou até promovam a regeneração do ecossistema amazônico. Entre os principais desafios identificados destacam-se a infraestrutura logística deficitária, que dificulta o escoamento da produção devido à grande distância dos grandes centros consumidores e às condições precárias de transporte. Outro fator crítico é o baixo nível de formação dos quadros diretivos e técnicos das cooperativas, que limita a capacidade de gestão eficiente, tomada de decisão e adoção de tecnologias e práticas sustentáveis. Além disso, a burocracia e a complexidade no acesso a programas e políticas públicas voltadas ao fortalecimento do cooperativismo representam entraves significativos. A superação desses desafios é essencial para que as cooperativas possam desempenhar um papel mais efetivo no desenvolvimento regional, promovendo não apenas a inclusão econômica dos agricultores familiares, mas também a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade socioambiental da Amazônia.

Palavras chaves: Cooperativismo da Agricultura Familiar, Desenvolvimento Sustentável, Amazônia, Desafios

Abstract

This article seeks to understand the main challenges faced by family farming cooperatives in the Amazon region to reach their potential as agents of sustainable local development. Based on the established analytical criteria, it will investigate obstacles related to market access, the internal social organization of cooperatives, and the implementation of production systems capable of



ensuring economically viable arrangements that, at the same time, preserve or even promote the regeneration of the Amazon ecosystem. Among the primary challenges identified are inadequate logistical infrastructure, which hinders product distribution due to the great distance from major consumer centers and poor transportation conditions. Another critical factor is the low level of training among cooperative leadership and technical staff, which limits efficient management capacity, decision-making, and the adoption of sustainable technologies and practices. Furthermore, bureaucracy and complexity in accessing programs and public policies aimed at strengthening cooperativism represent significant barriers. Overcoming these challenges is essential for cooperatives to play a more effective role in regional development, promoting not only the economic inclusion of family farmers but also the conservation of biodiversity and the socio-environmental sustainability of the Amazon.

Keywords: Family Farming Cooperativism; Sustainable Development; Amazon; Challenges

1. Introdução

A produção agrícola da agricultura familiar apresenta dinâmicas distintas da agricultura patronal (agronegócio), que prioriza a escala e o mercado global. A agricultura familiar aposta na valorização da identidade territorial, certificações orgânicas, selos de rastreabilidade e outros mecanismos que agregam valor aos produtos (Fishlow; Vieira Filho, 2020). Enquanto o agronegócio garante sua solidez de forma individual, a agricultura familiar depende de mecanismos coletivos, sendo o cooperativismo uma estratégia essencial para fortalecer economicamente os produtores, ampliando o acesso a mercados, recursos e políticas públicas (Moraes; Schwab, 2019).

As cooperativas organizam os produtores para compras coletivas, comercialização e acesso a novos mercados, além de promoverem segurança econômica, desenvolvimento local e fortalecimento da coesão social (Moreira, 2021). Elas se configuram como alternativa à intensificação agrícola e à homogeneização dos agroecossistemas, favorecendo a diversidade produtiva e a resiliência (Rover; Riepe, 2016).

Freitas (2022) destaca o papel estratégico das cooperativas na promoção de sistemas alimentares sustentáveis, que garantem alimentos saudáveis e serviços essenciais aos cooperados, fortalecendo sua resiliência. Pesquisas mostram que o cooperativismo é



especialmente adequado para a agricultura familiar na Amazônia, onde há dificuldades de acesso a mercados e políticas públicas (Ramos et al., 2022; Silva et al., 2019).

A literatura e organismos internacionais reforçam a urgência de uma transição agroecológica, na qual agricultura familiar e cooperativismo são protagonistas (Rover; Riepe, 2016). Ariel Guarco, da Aliança Cooperativa Internacional, defende as cooperativas como chave para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.

Apesar dos avanços, persistem lacunas na análise do papel das cooperativas na Amazônia. A produção científica ainda se concentra em estudos descritivos e pontuais, sem sistematização (Silva, 2019; Souza; Bahia; Gomes, 2021). Essa carência se reflete nas políticas públicas, que pouco consideram o cooperativismo como estratégia para o desenvolvimento regional (Londres et al., 2023; Brondizio et al., 2021).

Estudos apontam que as cooperativas são fundamentais para a governança socioambiental, pois conciliam conservação e desenvolvimento, fortalecendo os modos de vida tradicionais (Brondizio et al., 2021; Almeida, 2021). Assim, é essencial aprofundar pesquisas sobre essas organizações, visando subsidiar políticas públicas e ações de apoio que reforcem o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

2. Desafios do Cooperativismo para o Desenvolvimento Sustentável na Região Amazônica

Apesar de sua vasta sociobiodiversidade, a Amazônia enfrenta desafios como conflitos fundiários, degradação ambiental, mudanças climáticas e insegurança alimentar. Povos e comunidades tradicionais são os mais afetados por um modelo econômico que, sob o discurso do desenvolvimento, ameaça ecossistemas e culturas locais. Atividades como mineração, pecuária extensiva e produção de commodities aceleram o desmatamento e a fragmentação territorial, exigindo soluções que conciliem



desenvolvimento e conservação (Mello; Barroso, 2019; Brondizio et al., 2021; Almeida; Almeida, 2021).

Estudos sobre cooperativas da região apontam dificuldades estruturais na formação de suas bases sociais. A convivência entre povos tradicionais e migrantes com interesses individuais compromete a coesão e o engajamento coletivo, gerando baixa participação dos cooperados e concentração das atividades na direção (Ramos, 2002; Andrade, 2011; Alves, 2018).

Outro desafio é o baixo nível de escolaridade, que limita a participação nos processos decisórios, o acesso a políticas públicas e a adoção de estratégias de desenvolvimento (Muniz, 2017; Abbade, 2012; Ramos, 2022). A evasão dos jovens, associada à falta de oportunidades no campo, acentua o envelhecimento dos cooperados, como demonstrado por Ramos (2022) em estudo no Amazonas.

Adicionalmente, há uma defasagem no acesso ao crédito e à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nas regiões Norte e Nordeste, essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar (Silva; Nunes, 2018). O crédito via PRONAF (Oliveira, 2017) e a ATER são instrumentos fundamentais para estimular práticas produtivas sustentáveis que integrem saberes tradicionais e inovações tecnológicas.

Por fim, a logística é um entrave crítico. A precariedade da infraestrutura rodoviária e a dependência das vias fluviais elevam os custos operacionais, dificultando o acesso a insumos, mercados e a comercialização da produção, o que compromete a sustentabilidade econômica das cooperativas na Amazônia.

3. Metodologia

A região Norte do Brasil, com 3,85 milhões de km², abrange sete estados e representa 42% do território nacional (IBGE, 2021). Inserida integralmente na Amazônia



Legal, possui vegetação majoritariamente de floresta tropical, com 45% de sua área composta por Unidades de Conservação e Terras Indígenas (ISA, 2021). A região, que concentra 450 municípios e cerca de 18,9 milhões de habitantes, destaca-se pela diversidade ecológica, cultural e econômica, incluindo cerca de 180 povos indígenas, 1.206 comunidades quilombolas e diversos grupos tradicionais (SUDAM, 2020).

A escolha da região Norte para este estudo se justifica pela relevância das cooperativas de agricultura familiar na promoção do desenvolvimento sustentável e na preservação da biodiversidade amazônica. Segundo Caviglia-Harris et al. (2020) e Porro et al. (2019), essas cooperativas são fundamentais para conciliar produção agrícola, inclusão social e conservação ambiental.

Além da riqueza ecológica, o patrimônio cultural regional é marcado pelo conhecimento tradicional e pela relação equilibrada com os recursos naturais (IBGE/CNAE, 2019; Maciel et al., 2018). Assim, compreender o papel das cooperativas é essencial para fortalecer sistemas alimentares sustentáveis no Norte do Brasil.

O estudo adotou uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, utilizando o método de estudo de caso, adequado para análises complexas em contextos onde não há possibilidade de manipulação dos fenômenos (Stake, 2016; Gil, 2008; Severino, 2016; Yin, 2015). As entrevistas semiestruturadas foram o instrumento de coleta de dados, permitindo maior profundidade na compreensão dos desafios e práticas das cooperativas (Ribeiro; Vieira, 2021).

Foram entrevistados representantes de 19 cooperativas, distribuídas pelos sete estados da região: Acre (1), Amapá (4), Amazonas (3), Pará (4), Rondônia (3), Roraima (3) e Tocantins (1). A seleção priorizou cooperativas atuantes em cadeias produtivas da sociobiodiversidade, com diferentes perfis econômicos e sociais.



A análise dos dados se organizou em quatro critérios principais, distribuídos em três dimensões — econômica, social e ambiental. No **Acesso a Mercados**, os principais entraves são a irregularidade da produção, infraestrutura precária, distância dos centros consumidores e barreiras jurídicas. Na **Governança e Organização Cooperativa**, destacam-se a baixa qualificação dos dirigentes, a dificuldade de garantir transparência, participação dos cooperados e gestão eficiente. Quanto às **Políticas Públicas e Apoio Institucional**, surgem dificuldades no acesso a financiamentos, na burocracia e na articulação com entidades de apoio. Por fim, nas **Práticas Produtivas e Sustentabilidade Ambiental**, os desafios incluem a adoção limitada de tecnologias sustentáveis e a dificuldade em equilibrar geração de renda com conservação ambiental.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Acesso a Mercados

A maioria das cooperativas entrevistadas relataram dificuldades na operacionalização do acesso a mercados, em grande parte devido aos desafios logísticos impostos pelo território amazônico. Entre os principais entraves apontados estão a interdição de estradas durante o período chuvoso e as grandes distâncias entre cooperados fornecedores, que podem chegar a até 780 km dentro de um mesmo estado. Passos (2013) entende que essas dificuldades vão além dos fatores naturais, refletindo também na dependência de insumos provenientes das regiões Sul e Sudeste, dada a limitada produção local. A colocação do autor é reforçada nas falas das cooperativas que também manifestam a escassez de embalagens para os produtos das cooperativas e na insuficiência de infraestrutura para resfriamento ao longo da cadeia produtiva, dificultando o escoamento e a conservação da produção. As falas do entrevistado 1 reforçam as dificuldades impostas pelo arranjo logístico rodoviário na região e o quanto isto compromete a sua atuação de mercado.

780 km de um município ao outro, que é o extremo, né? Do estado que nós atendemos. Mas eu tô atendendo hoje sócio, direto da cooperativa, de 105 quilômetros pra mim buscar a produção dele lá, sem assistência nenhuma, que vai mal. Eu, por exemplo, tô com 5 mil latas de castanha lá agora, eu não vou buscar porque eu não tenho condições. Nós vamos quebrar a caminhonete, de caminhão a gente não chega, Eu precisava de uma parceria mínima do governo



pra baratear esse custo pra nós, porque senão ia trocar dinheiro pelo produto.
(Entrevistado 1)

Além dos desafios logísticos, as cooperativas identificam a precificação de seus produtos como um fator que restringe sua competitividade no mercado. Os custos elevados são atribuídos a variáveis como transporte, insumos e a adoção de uma política de remuneração justa aos produtores, diferenciando-se das práticas de empresas privadas e intermediários que atuam de forma predatória na região. Outro fator que impacta os preços praticados é o rigor na garantia da pureza dos produtos, o que eleva seus custos de produção em comparação com empresas que não seguem os mesmos critérios de qualidade. Como estratégia para viabilizar sua comercialização, as cooperativas buscam nichos de mercado que valorizam a qualidade e processos de certificação. No entanto, essa escolha impõe novos desafios, como a necessidade de equilibrar volume de produção e controle de qualidade, garantindo a sustentabilidade econômica da cooperativa. Young e Castro (2023) identificam desafios semelhantes, destacando a influência das dificuldades logísticas na padronização dos produtos e na estabilidade do fornecimento.

Outro obstáculo enfrentado pelas cooperativas refere-se à manutenção de certificações e regulamentações exigidas para acessar mercados mais exigentes. Essas certificações, fundamentais para agregar valor ao produto e consolidar a confiança do consumidor, representam custos elevados e demandam processos burocráticos complexos. Em diversos casos, agricultores cooperados seguem integralmente os princípios da agroecologia e da produção orgânica, mas não conseguem obter a certificação devido às barreiras financeiras e administrativas. Essa realidade corrobora a análise de Corbari (2019), que argumenta que os dados oficiais sobre a produção agroecológica e orgânica no Brasil não refletem a real abrangência dessas práticas, uma vez que muitos produtores, especialmente os mais vulneráveis, não possuem condições técnicas ou financeiras para arcar com os custos da certificação.

Foram relatadas dificuldades na participação em mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que priorizam a aquisição de produtos da agricultura familiar e



cooperativas. Os principais desafios incluem atrasos nos pagamentos por parte dos municípios e descumprimento dos contratos de fornecimento, o que compromete o planejamento produtivo das cooperativas e dos agricultores cooperados. Como resultado, muitos produtores assumem compromissos financeiros baseados em contratos firmados com o setor público, mas enfrentam dificuldades para honrá-los devido à incerteza dos repasses.

Ribeiro (2013) destaca que a lentidão nos pagamentos decorre dos trâmites jurídicos do processo de compra pública. No entanto, os relatos das cooperativas indicam que, em muitos casos, os atrasos ultrapassam os prazos previstos, gerando impactos financeiros significativos. Além disso, embora o autor preveja que o pagamento integral do contrato seja realizado, as cooperativas apontam que, frequentemente, os órgãos compradores não solicitam a totalidade dos produtos estipulados, reduzindo os volumes comercializados e afetando o fluxo de caixa das organizações. Os relatos do entrevistado 2 reforçam o longo período existente entre a entrega dos produtos e a realização dos pagamentos.

Que através como nós temos ainda vendas institucionais, então é uma das dificuldades maior que a gente enfrenta, é agente, comercializa, coloca o nosso produto na merenda escolar e fica aí praticamente quase 90 dias sem receber qualquer um processo muito lento. Processo de pagamento da gestão do governo, né? (Entrevistado2)

Outro fator mencionado pelas cooperativas refere-se à falta de sensibilidade das compras públicas ao contexto regional. Muitas vezes, os produtos da biodiversidade amazônica, desenvolvidos pelas cooperativas, não são incluídos nos cardápios da alimentação escolar, mesmo tendo forte apelo cultural e social na região. Essa limitação reduz as oportunidades de inserção dos produtos regionais nesses mercados institucionais, enfraquecendo iniciativas que promovem a valorização da produção local e o desenvolvimento sustentável.

A gente já teve um debate desde quando o projeto foi aberto, mas assim, a dinâmica de acessar, você tem aqueles 30% ainda do PNAE, mas ainda não compra chocolate em quantidade, tem toda uma resistência a isso ainda, e quando você vai disputar o chocolate em pó, a modalidade de licitação é o mais barato que ganha, você não acaba competindo de jeito nenhum, porque você teria que estar introduzindo na média escolar um produto de qualidade que aí então te caberia sem concorrência, (Entrevistado 3)



Apesar das adversidades relatadas, as cooperativas demonstram capacidade de superação e conseguem inserir seus produtos em diferentes mercados, incluindo varejo, vendas diretas ao consumidor, programas institucionais e até mesmo exportação. Isso evidencia o potencial do cooperativismo e sua resiliência diante dos desafios da região Norte. As entrevistas apontam dois fatores essenciais para fortalecer o setor: a necessidade de uma atuação mais precisa dos órgãos governamentais no apoio às cooperativas e a sensibilização do consumidor para o valor agregado dos produtos amazônicos.

No que se refere ao papel do governo, destacam-se a necessidade de investimentos na manutenção da infraestrutura viária para garantir o escoamento da produção e a melhoria na operacionalização das compras públicas, assegurando pagamentos em tempo hábil e maior previsibilidade para os agricultores cooperados. O fortalecimento dessas políticas pode contribuir significativamente para a distribuição de renda entre os cooperados e para a ampliação da participação das cooperativas nos mercados.

Além disso, as cooperativas ressaltam a importância da conscientização do consumidor sobre o impacto socioambiental positivo de seus produtos. A precificação dos itens comercializados reflete não apenas os desafios logísticos e operacionais da Amazônia, mas também o compromisso com a manutenção da floresta em pé. Dessa forma, um consumo mais consciente pode fortalecer essas iniciativas, garantindo a valorização da sociobiodiversidade e incentivando práticas produtivas sustentáveis na região.

4.2 GOVERNANÇA E ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA

As dificuldades relacionadas à governança e organização das cooperativas da Amazônia emergem, em grande parte, da limitada compreensão do cooperativismo por parte dos agricultores familiares, incluindo os próprios cooperados. Essa lacuna de conhecimento compromete aspectos fundamentais da estruturação jurídica das cooperativas, como a elaboração de estatutos e a formação de quadros diretivos qualificados para uma gestão eficiente. Além disso, restringe a participação dos membros



nos processos decisórios, afetando a autonomia e a sustentabilidade das cooperativas. Os relatos dos entrevistados corroboram com estudos anteriores conduzidos na região (Ramos, 2002; Andrade, 2011; Alves, 2018), que identificam um distanciamento significativo dos cooperados em relação à vida organizacional da cooperativa. Esses estudos também apontam que, em alguns casos, a filiação a cooperativas ocorre unicamente com o intuito de acessar programas governamentais, como o Bolsa Família ou o Seguro Defeso, sem um compromisso efetivo com os princípios cooperativistas. O relato de um dos entrevistados ilustra como se dão as relações dos cooperados com a governança e a organização da cooperativa na região:

Então encontramos muita coisa que estava irregular. Aí, o atual que estava sendo o presidente, teve um problema lá de restrição no nome. Esse agrônomo também, que ele se colocou lá como coordenador técnico da cooperativa, também teve problema, né? Com restrição. E aí, dedoticamente, eu costumo dizer dedoticamente, por livre e espontânea pressão, eu acabei sendo a presidente da cooperativa, né?

Olha, uma das dificuldades que eu acho que é bem forte dentro da cooperativa é a desinformação dos agricultores, né? É uma coisa que é muito difícil de trabalhar, até porque aqui ninguém se trabalhava muito a questão de cooperativa. Então eles não conhecem, está começando. A desinformação sobre cooperativismo é uma coisa que dá muita dificuldade pra se trabalhar porque as pessoas ainda não têm aquele conhecimento.

Mas a gente trabalha assim. Com a tesoureira, inclusive, a pessoa que tá na área de finanças, mal só mesmo pra assinar, só fictício, né? Só vai lá, mas ele não faz. Aí a secretária é quem faz todo esse papel de trabalhar na hora de fazer a gestão mesmo. Eu como presidente e a secretária que fazemos essa gestão. (Entrevistado 4)

Além do desconhecimento sobre o cooperativismo, as entrevistas destacam o baixo nível de escolaridade dos cooperados como um obstáculo central, afetando tanto a participação na gestão quanto a adoção de estratégias de desenvolvimento. Essa limitação compromete também o acesso a programas sociais e políticas públicas. A falta de qualificação reflete diretamente em outro desafio estrutural: a evasão dos jovens do campo. O envelhecimento da população rural preocupa as cooperativas, pois ameaça a continuidade da produção e da sucessão organizacional. Mesmo com esforços para



modernizar a produção, a busca dos jovens por melhores oportunidades nas cidades segue como uma tendência, reforçada pela percepção de falta de perspectivas no meio rural.

Aí acaba indo para outro rumo, né? Os agricultores, os filhos dos agricultores, acabam indo pra cidade, às vezes mudando até de estado, porque não tem a oportunidade de tocar, de ser o sucessor da sua propriedade, né? (Entrevistado 4)

Uma estratégia apontada para enfrentar os desafios das cooperativas na Amazônia é a inclusão dos jovens na gestão, aproveitando sua capacitação técnica para fortalecer a organização e enfrentar entraves como acesso ao crédito e regularização fundiária, que estão diretamente ligados. A falta de documentação fundiária adequada impede muitos agricultores de obter financiamento, e as cooperativas podem assumir um papel estratégico ao estruturar equipes, incluindo jovens, para auxiliar na organização documental e facilitar o acesso aos recursos. Esse movimento também combate o envelhecimento da população rural e acelera processos como o licenciamento ambiental. Além disso, o acesso ao crédito segue como um desafio crítico, com relatos de desinteresse dos bancos e até das cooperativas de crédito locais em oferecer soluções compatíveis com a realidade dos agricultores familiares. Mesmo quando obtêm financiamento, há críticas sobre a priorização de investimentos em atividades que não preservam a sociobiodiversidade, refletindo a resistência do setor financeiro em apoiar projetos sustentáveis na região.

Por exemplo, banco, nós temos uma crítica com os bancos danados aqui. Os bancos, a gente tem um bom relacionamento e tal, mas, por exemplo, o cooperado que tem até lá, quer pegar um financiamento, o banco não faz, mas se ele for lá dizer é pra gado, é pra curral, é pra reforma de pastagem. Fazer para o café, eu não vou fazer para o plantio da acerola, do maracujá, eu não consigo. Mas se eu disser que eu tenho 200 cabeças de gado na minha ficha, eles me liberam. (Entrevistado 1)

No que se refere ao financiamento das cooperativas, a principal demanda é a obtenção de capital de giro, garantindo segurança na aquisição da produção dos cooperados e permitindo o cumprimento de compromissos financeiros, independentemente de eventuais atrasos nos pagamentos de compradores institucionais,



como já relatado no caso das compras públicas. Silva e Nunes (2018) já haviam apontado a desigualdade na execução das políticas de crédito entre a região Norte e as demais regiões do país. Essa disparidade também é enfatizada por lideranças cooperativistas, como o entrevistado 5, que afirmou manter contato frequente com outras cooperativas e constatou que nenhuma delas consegue acessar capital de giro ou outras formas de financiamento adequadas às suas necessidades.

A segunda, o acesso à questão do crédito, seja ele capital de giro, seja para financiamento, é uma dificuldade muito grande que as cooperativas enfrentam. Eu falo, claro, mas eu falo de cooperativas da região, eu converso com outros presidentes de cooperativas do familiar do Estado. E o choro é o mesmo, só um monte de interesse. Ninguém consegue. Ninguém consegue, ninguém consegue, ninguém consegue (Entrevistado 5)

Diante desse cenário, o fortalecimento da governança e da organização das cooperativas passa necessariamente pela ampliação da cultura e da educação cooperativista na região. O cooperativismo apresenta-se como um modelo de desenvolvimento capaz de gerar renda para os povos da floresta e, simultaneamente, promover a conservação ambiental. Para que esse potencial seja plenamente explorado, é fundamental envolver e capacitar os jovens, oferecendo-lhes oportunidades de formação técnico-científica e incentivando sua participação ativa na gestão das cooperativas.

Além disso, a capacitação dos cooperados e dirigentes pode fortalecer a organização burocrática das cooperativas, tornando-as mais aptas a pressionar instituições bancárias por linhas de crédito compatíveis com a realidade amazônica. Dessa forma, seria possível criar um ambiente institucional mais favorável ao acesso ao crédito e à regularização fundiária, garantindo maior estabilidade para os agricultores familiares e consolidando o cooperativismo como uma estratégia eficaz para o desenvolvimento sustentável da região.

4.3 Políticas Públicas e Apoio Institucional

No âmbito das políticas públicas, as cooperativas enfrentam desafios significativos no acesso a programas como o PAA e o PNAE, fundamentais para garantir a comercialização e fortalecer a produção sustentável. Apesar de seu potencial, essas políticas esbarram em limitações estruturais que comprometem o desenvolvimento das cooperativas na região Norte. As entrevistas revelam uma percepção de distanciamento



dos gestores públicos em relação ao cooperativismo, causado pela priorização de grandes produtores, pela dependência de alinhamentos políticos locais e pela descontinuidade das políticas a cada mudança de governo. Esse cenário faz com que o acesso das cooperativas a programas de apoio seja instável e condicionado a interesses político-eleitorais. Como resultado, as cooperativas se sentem pouco reconhecidas, mesmo tendo grande potencial para contribuir com modelos de desenvolvimento que conciliem geração de renda e conservação da sociobiodiversidade, caso suas ações fossem incorporadas como políticas de Estado de caráter permanente.

Vou falar a minha opinião e depois o superintendente fala a dele. Primeiro de tudo, o que nós... é que muitas das vezes as políticas públicas que é de direito dos nossos cooperadores, ela não chega porque ela ou obrigatoriamente tem que vir via governo federal ou governo municipal. Isso muitas das vezes implica porque esse modelo ele é tratado para continuar alguém no poder, porque beneficia as pessoas muitas das vezes que tem compromisso político, e não é isso. com social, com econômico e ambiental. (Entrevistado 1)

Diante desse cenário de fragilidade na execução das políticas públicas, as cooperativas frequentemente buscam parcerias com outras organizações e empresas para garantir financiamento e viabilizar suas atividades. Embora essa estratégia tenha possibilitado a continuidade de seus trabalhos, algumas experiências revelam uma relação de dependência que pode comprometer a autonomia das cooperativas, especialmente em relação a posicionamentos ambientais e sociais. Esse risco foi observado, por exemplo, na experiência do Entrevistado 4, cuja única fonte de financiamento provém de uma empresa do setor de monocultura de eucalipto, como parte de uma política compensatória pelos danos ambientais gerados por essa atividade. Embora a cooperativa não tenha mencionado diretamente uma relação de subordinação, a dependência exclusiva desse financiamento pode limitar sua capacidade de atuação independente e de contestação a práticas que possam contrariar seus princípios socioambientais.



Não tem o faturamento dela não, só de parceria. Só de parceiros que é a Financiadora que fazem todo o investimento, né? (Entrevistado 4)

A dependência de um único financiador para garantir a sustentabilidade econômica das cooperativas representa um desafio significativo a longo prazo. De maneira geral, as entrevistas demonstram que o acesso a políticas públicas na região Norte é marcado por fragilidades tanto na execução, devido à falta de comprometimento dos gestores públicos com o cooperativismo, quanto na estrutura dessas políticas, que apresentam barreiras burocráticas que dificultam a adesão das cooperativas

Esse cenário reforça a necessidade, já destacada em seções anteriores, de fortalecer a educação cooperativista na região. Essa capacitação deve ser direcionada não apenas aos diretores e membros das cooperativas, mas também aos gestores públicos responsáveis pela implementação das políticas voltadas ao setor. A qualificação desses atores pode contribuir para um desenho mais eficiente das políticas públicas, assegurando que elas sejam acessíveis às cooperativas e reduzindo a necessidade de financiamento externo que, em alguns casos, pode comprometer os princípios do cooperativismo. Dessa forma, a reformulação das políticas públicas deve garantir maior capilaridade e efetividade, removendo entraves burocráticos e fortalecendo o papel das cooperativas como protagonistas do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

4.4 Práticas Produtivas e Sustentabilidade Ambiental:

O principal desafio das cooperativas em práticas produtivas e sustentabilidade ambiental é a oferta insuficiente de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), essencial para apoiar a adoção de práticas sustentáveis. Apesar de buscarem alternativas, os esforços ainda não atendem à demanda, deixando aos produtores a responsabilidade de conciliar viabilidade econômica e preservação ambiental sem o devido suporte público. Além da produção, a ATER poderia auxiliar na regularização documental, gestão das cooperativas e acesso a mercados e financiamentos, mas sua oferta é limitada. Outro desafio é a rastreabilidade, fundamental para acessar mercados diferenciados, mas que enfrenta dificuldades semelhantes às certificações, exigindo apoio técnico para ser implementada.



Soma-se a isso a insegurança gerada por mudanças frequentes na legislação ambiental, feitas sem participação dos produtores, o que gera incertezas e dificuldades para manter a produção dentro das normas.

A região é conceituada naquelas mudanças de Código Floresta Florestal. Nos anos 70, você tinha como desmatar 80%, preservar 20, depois mudou para 50, 50, depois inverteu. Preserva 80, desmata 20 e vive nisso. O governo é muito didático em falar, olha, faça isso, ou não pode fazer isso, quer dizer. mas não traz junto o que deveria ser feito e nem como fazer. Então a distância técnica, o abandono de organização, deixa um complicador muito grande na região. Como o Código Florestal te condicionava muito como glheiro e desmatador, te dava essa imagem, mesmo feito numa condição não favorável pela legislação da época, mas quando ele entra com isso, tudo está desorganizado e você foi o culpado de ter feito. Então, 2007, nesse ajuste de código florestal, não pode mais queimar e não pode mais desmatar na Amazônia. Bom, mas não trazia nenhuma proposta junto. (Entrevistado 4)

Garantir a sustentabilidade econômica da produção aliada à manutenção da floresta em pé é um dos grandes desafios do cooperativismo da agricultura familiar na Amazônia. Para que essa meta seja alcançada, é essencial que a ATER compreenda o contexto da região e reconheça a centralidade das cooperativas na organização da produção e no acesso a mercados. A rastreabilidade, por sua vez, pode ser um instrumento fundamental para valorizar o papel dos agricultores na preservação da floresta, desde que seja acompanhada de capacitação e suporte técnico. A organização coletiva por meio das cooperativas possibilita a diluição dos custos associados à rastreabilidade, tornando o processo viável e fortalecendo a divulgação das práticas sustentáveis adotadas pelos produtores.

No que se refere à legislação ambiental, é essencial que os agricultores tenham participação ativa na construção dos instrumentos legais que regem sua relação com a terra e a produção agrícola. Nesse sentido, uma das principais funções das cooperativas deve ser a representação de seus associados junto ao poder público, garantindo que a voz dos agricultores seja ouvida no processo de formulação de políticas e regulamentos que afetam diretamente seu modo de vida e trabalho.

5 – Considerações Finais



As cooperativas da região Norte enfrentam inúmeros desafios, como precariedade na infraestrutura, mudanças na legislação, falta de assistência técnica e dificuldades na formação de preços, o que compromete sua consolidação. Mesmo assim, demonstram resiliência ao buscar parcerias, reorganizar-se internamente e adotar novos modelos de atuação. Seu papel na promoção de estratégias produtivas sustentáveis, alinhadas às comunidades tradicionais, é essencial para conciliar geração de renda e preservação ambiental. A educação cooperativista surge como o principal caminho para enfrentar desafios, fortalecer a juventude rural e garantir a sucessão no campo, por meio da qualificação em temas como crédito, logística, legislação e gestão. Apesar das adversidades, os resultados das cooperativas mostram seu potencial para impulsionar sistemas produtivos mais sustentáveis, sendo fundamental ampliar o apoio, os investimentos e as políticas públicas para fortalecer o cooperativismo como motor do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

6. Referencias

- LAUSCHNER, Roque. Agroindústria e pequeno produtor. São Leopoldo: UNISINOS, 1993.
- PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo eo cooperativismo brasileiro**. CNPq/BNCC, 1982.
- SALES, João Eder. 03) Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia| RBGE| ISSN 2237-1664**, v. 1, n. 1, p. 23-34, 2010.
- CHADDAD, Fábio Ribas; COOK, Michael L. Understanding new cooperative models: an ownership control rights typology. *Review of Agricultural Economics*, Oxford, n. 26, p. 348-360, sep. 2004.
- DOS SANTOS AMORIM, Gabrieli et al. A participação de produtores rurais nas cooperativas agropecuárias em países com diferentes níveis de desenvolvimento. **Revista Grifos**, v. 31, n. 56, p. 144-167, 2022.
- FABRIS, Bruna Rafaella; BEGNINI, Karoline. **Estudo da gestão ambiental conforme a agenda ambiental na administração pública–A3P no setor público ambiental do Município de Chapecó-SC**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.



SEXTON, Richard J. The formation of cooperatives: a game-theoretic approach with implications for cooperative finance, decision making, and stability. **American journal of agricultural economics**, v. 68, n. 2, p. 214-225, 1986.

SILVA, Rosa Adeyse; TORRES, Maria Betânia Ribeiro Torres. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. 2020.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. 2010.

ALMEIDA, M. T. B.; ALMEIDA, L. C. S. Fome e soberania alimentar na Amazônia: notas sobre um silêncio cada vez mais incômodo. **Tempo Amazônico**, v. 8, n. 2, p. 228-249, 2021.

RAMOS, J. M. G. *et al.* O cooperativismo como fator de potencialização do desenvolvimento sustentável em comunidades rurais amazônicas: o caso de uma cooperativa agrícola de Rio Preto da Eva-Amazonas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, 2022.

SILVA, L. J. *et al.* O cooperativismo como instrumento para a autonomia de comunidades rurais da Amazônia: a experiência dos agricultores extrativistas do município de Lábrea, AM. 2019.

SOUSA, A. M. P. *et al.* Cooperativismo em Comunidades florestais na Amazônia: o que dizem os não-membros? **Ambiente & Sociedade**, v. 22, 2019.

RAMOS, Érica Basílio Tavares; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Desenvolvimento regional da agricultura familiar: Cooperativismo e associativismo. **Revista Brasileira de Economia**, v. 77, p. e052023, 2023.

BRONDIZIO, E. S. *et al.* Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 49, p. 66-78, 2021.

LONDRES, M. *et al.* Place-based solutions for global social-ecological dilemmas: An analysis of locally grounded, diversified, and cross-scalar initiatives in the Amazon. **Global Environmental Change**, v. 82, 2023.

MARIOSIA, P. H. *et al.* Family Farming and Social and Solidarity Economy Enterprises in the Amazon: Opportunities for Sustainable Development. **Sustainability**, v. 14, n. 17, 2022.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

BARROSO, L. R.; MELLO, P. P. C. Como salvar a Amazônia: por que a floresta de pé vale mais do que derrubada. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 2, p. 1262-1307, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de



Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de fev. 2007.

BEECHER, J., CATO, M. S., & WEIR, N. (2012). The resilience of co-operative food networks: A case study from Stroud, England. In: D. MCDONNELL & E. CKNIGHT (Eds.), *The Co-operative Model in Practice: International Perspectives*. Glasgow: Cooperative Education Trust Scotland. pp. 53-66.

SUMNER, Jennifer; MCMURTRY, John Justin; RENGLICH, Hannah. Leveraging the local: Cooperative food systems and the local organic food co-ops network in Ontario, Canada. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 4, n. 3, p. 47–60-47–60, 2014.

CARON, P. et. all. (2018). Food systems for sustainable development: proposals for a profound four-part transformation. *Agronomy for Sustainable Development*, 38(41), p. 1-12.

NASCIMENTO, F. R. (2000). *Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The evolution of institutions for collective action**. Cambridge university press, 1990.

CAPELARI, MAURO GUILHERME; CALMON, PAULO CARLOS DU PIN; ARAÚJO, SUELY. Vincent e Elinor Ostrom: duas confluências trajetórias para a governança de recursos de propriedade comum. *Ambiente & Sociedade*, v. 20, p. 203-222, 2017.

VEIGA, José Eli Da. O âmago da sustentabilidade. *estudos avançados*, v. 28, p. 7-23, 2014.

SIMÕES, João; MACEDO, Marta; BABO, Pilar. Elinor Ostrom: “Governar os Comuns”. Faculdade de Economia da Universidade de Porto. Portugal, 2011.

ADAMS, Cristina; ARAUJO, Luciana Gomes de; CORDEIRO-BEDUSCHI, Liviam E. Governança florestal: três décadas de avanços. *Estudos Avançados*, v. 36, p. 167-182, 2022.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 47, p. 999-1019, 2013.~

FREITAS, A. F. **Contribuições do cooperativismo para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis em países de língua portuguesa**. Estágio Pós-Doutoral, Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia (CES/FEUC), Coimbra, Portugal, 2022.



QUEIROZ, César Augusto Bubolz; DA SILVA, Patrícia Rodrigues. **Entre vozes femininas: história oral e memória no Amazonas contemporâneo. coleção PPGH-volume 4.** Editora CRV, 2021.

CHARTIER, Roger et al. A história cultural. **Entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, v. 1, p. 12, 1990.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo, p. 24-41, 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar em revista, n. 24, p. 213-225, 2004.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, ALEX; REZ, RAFAEL. CONTEÚDO. **Revista Educação. Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

FREITAS, Alair Ferreira de. A construção social do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata Mineira. 2011.

ALVES, Vicente Eudes Lemos; NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. Os novos desafios das populações agroextrativistas na Amazônia diante da instalação da empresa Suzano Papel e Celulose na região Tocantina Maranhense. **Espaço & Geografia, Brasília**, v. 21, n. 1, p. 3-43, 2018.

FORNAZIER, Armando; WAQUIL, Paulo Dabdab. A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. Porto Alegre: Via Sapiens**, 2013.

VEDANA, Roberta et al. Empoderamento feminino na agricultura: um estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, p. e237944, 2022.

Grisa, C., & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52,125-146. doi:10.1590/S0103-20032014000600007



SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo et al. Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 4, p. 661-678, 2017.

VALADARES, Alexandre Arbex. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): uma revisão bibliográfica (2009-2019). 2021.

BORILE, Luiz Claudio; CELUPPI, Kátia Regina; DA SILVA RODRIGUES, Luiza Maria. A cooperativa Central da Agricultura Familiar e sua interface na economia solidária. In: **Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas–CONAPE**. 2013.

Peixoto, M. (2008). Extensão Rural no Brasil -uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal, Centro de Estudos, Brasília. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>

LEITE, Franciéle Marabotti Costa et al. Análise dos casos de violência interpessoal contra mulheres. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, p. eAPE00181, 2023.

Alex, G., Zijp; W.; Byerlee, D. (2002). Rural Extension and Advisory Services: New Directions. Washington, D.C.: Agriculture & Rural Development Department, World Bank. Rural Development Strategy Background, 49p.

Freire, P. (1983). Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra., 93 p. Recuperado de <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>